PROJETO DE LEI Nº , DE 2013

(Do Sr. Henrique Oliveira)

Altera o artigo 94 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o artigo 94 da Lei nº 10741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso.

Art. 2º O artigo 94 da Lei nº 10741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 94 Aos crimes previstos nesta Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Parágrafo único. É vedada a aplicação de quaisquer medidas depenalizadoras e interpretação benéfica da legislação de regência ao autor do delito, ainda que a sanção máxima cominada não seja superior a dois anos e a mínima seja igual ou inferior a um ano. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A redação original do artigo 94 do Estatuto do Idoso¹ deu causa a grande controvérsia jurídica sobre a correta interpretação e alcance do preceito. Seis correntes doutrinárias distintas surgiram, a defender as seguintes teses:

- a) Houve a ampliação do conceito de infração de menor potencial ofensivo, o qual passou a alcançar todos os crimes cuja pena máxima seja inferior a quatro anos;
- b) Houve ampliação do conceito somente no tocante aos delitos previstos no Estatuto do Idoso, cuja pena máxima seja entre dois e quatro anos, os quais devem ser processados perante o Juizado Especial Criminal, com direito à aplicação dos institutos despenalizadores;
- c) Os delitos previstos no estatuto devem ser processados no Juizado Especial, com observância do rito sumaríssimo, mas sem direito à aplicação dos institutos despenalizadores;
- d) Os delitos previstos no estatuto devem ser processados no Juízo Comum, com observância do procedimento sumaríssimo e aplicação dos institutos despenalizadores previstos na Lei do Juizado Especial;
- e) Os delitos previstos no estatuto devem ser processados no Juízo Comum sem direito à aplicação dos institutos despenalizadores, apenas com observância do procedimento sumaríssimo;
- f) O dispositivo é inconstitucional.

A perplexidade se justificava, na medida em que o autor de um delito contra o idoso poderia vir a ser tratado de maneira mais benéfica que outros acusados da prática do mesmo crime, em virtude de a idade da vítima sobrepujar sessenta anos. Como regra geral, o procedimento

¹ Art. 94. Aos crimes previstos nesta Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal.

sumaríssimo e os institutos despenalizadores relacionados na Lei do Juizado Especial Criminal somente são aplicáveis aos crimes cuja pena máxima não seja superior a dois anos.

O critério de discriminação previsto no dispositivo, idade da vítima, ao invés de conferir maior proteção ao idoso, como almejado na Constituição Federal, poderia vir a agravar a respectiva situação de vulnerabilidade. A prevalecer as correntes doutrinárias mencionadas nas alíneas de “a” a “d”, haveria benefícios aos autores de crime contra a pessoa maior de sessenta anos, e não sanção penal mais rigorosa.

Formalizada a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.096-DF, o Supremo Tribunal Federal, em 2010, conferiu interpretação conforme à Carta da República à redação original do artigo 94 do Estatuto do Idoso. Segundo entendeu, o conceito de crimes de menor ofensivo continua regido mediante o artigo 61 da Lei do Juizado Especial. No mais, atribuiu ao texto o sentido de que aos delitos previstos no Estatuto do Idoso, “cuja pena máxima privativa de liberdade seja superior a dois anos e não ultrapasse quatro anos, incide o procedimento sumaríssimo previsto na Lei nº 9.099/95, não se permitindo a aplicação de quaisquer medidas despenalizadoras e interpretação benéfica ao autor do crime cuja vítima seja idoso”. Prevaleceu, assim, a corrente doutrinária citada na alínea “e”.

O objetivo desta proposição é adequar à legislação federal à situação de maior vulnerabilidade do idoso, tal como ressaltado no julgamento referido. Ao estabelecer o procedimento sumaríssimo, a norma implica benefício aos maiores de sessenta anos, pois torna mais célere o procedimento voltado a punir eventual infração penal contra eles praticada. Por outro lado, impede-se a incidência dos benefícios previstos na lei do juizado especial ao suposto autor de crime de maior gravidade, exatamente porque cometido contra vítima de idade avançada.

Conto com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação do projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado HENRIQUE OLIVEIRA